

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 257 - DE 03 a 14 DE ABRIL DE 2003 - R\$ 1,00

Conter a invasão do Iraque e a carnificina

A resistência militar do Iraque, com apoio da população, nos primeiros dias da invasão norte-americana, indicou que o imperialismo terá de impor-se pela carnificina. Terá de matar milhares de soldados e civis iraquianos. Terá de arrasar a capital do País.

O alto comando refez seus cálculos de guerra. A ordem é matar indiscriminadamente. Os bombardeios de mercados, escolas, hospitais, instituições, atingindo pontos de aglomeração, fazem parte da tática dos invasores.

Esmagar para vencer. O imperialismo utiliza-se do gigantesco poderio bélico contra um Iraque sem recursos militares. A capacidade de resistência está no solo da pátria. Está na heróica defesa do povo do seu direito à autodeterminação e soberania nacional.

Esmagar para vencer. O imperialismo precisa do petróleo. Não importa quanto de sangue terá de derramar. O povo iraquiano defende as riquezas naturais de seu país atrasado, que pague então com a vida de mulheres, homens, velhos e crianças.

As potências que levantaram a bandeira branca do desarmamento do Iraque já as tem encharcadas de sangue.

Os governos que seguem a hipocrisia da paz imperialista tampam os olhos com vendas brancas frente ao massacre.

Os monarcas árabes pisam os corpos dos iraquianos que tombam com a bandeira de um Iraque para os iraquianos.

Mas no mundo todo levanta-se um movimento de massa contra a guerra imperialista e o genocídio de um povo. A bandeira da paz foi pisoteada pela burguesia dos EUA, Inglaterra, Itália e Espanha.

Ensinam que sob o capitalismo não pode haver paz. Que sob o imperialismo não pode haver harmonia entre os povos.

Ensinam que os trabalhadores e os povos oprimidos têm de se rebelar e lutar para derrotar no campo de batalha o grande capital.

Ensinam que o povo iraquiano está em guerra contra a invasão imperialista.

Estas lições nos dizem que a vitória do Iraque contra os invasores genocidas exige que os trabalhadores e povos do mundo todo se coloquem no campo de batalha ao lado do povo iraquiano.

Viva o Iraque oprimido!

PT/Lula não vão cumprir

O governo já deixou claro que não vai cumprir a promessa eleitoral de criação de dez milhões de empregos, três refeições ao dia a todo trabalhador e reforma agrária. Em relação a esta última, estimou assentar 1 milhão de famílias, equivalente a 5,1 milhões de camponeses. Já voltou atrás.

Lula afirmou que seu plano para os sem-terra ficará aquém do posto em prática por FHC. Diante dos assentados de Itamarati, em Ponta Porá (MS), explicou: "Se formos disputar pelos números, já perdemos a batalha. A nossa vitória não estará na quantidade, mas na qualidade de vida dos assentados" Mas a promessa eleitoral foi a de que haveria assentamentos massivos acompanhados de recursos para a produção e comercialização. A crítica a FHC foi de

que não fez nenhuma das tarefas.

Mas a mentira do PT/Lula não pára aí. Milhões continuarão a passar fome, sem terem acesso às três refeições. Não só não criará tantos postos de trabalho prometidos como o desemprego continuará a crescer.

As medidas econômico-financeiras continuam o governo pró-imperialista de FHC e são recrudescidas. Protegem os banqueiros nacionais e internacionais e quebram ainda mais o País. O governo do PT/Lula, que se propunha evitar a falência do Brasil e tirar as massas

da miséria, vem potenciando ainda mais a crise capitalista da semicolônia.

A burocracia sindical pede paciência aos explorados dizendo que o governo mal começou. Acontece que começou

protegendo o grande capital multinacional e financeiro contra o País e sobretudo contra a maioria explorada.

O governo de FHC colocou a economia na rota da catástrofe, e o continuísmo de Lula acabará por chegar a um de seus pontos altos.

É preciso dizer claramente que este governo é refém do imperialismo e que enganou os trabalhadores com promessas. É hora de dizer que não cumprirá suas promessas.

A classe operária, camponeses, demais explorados e juventude têm de tomar em suas próprias mãos as necessidades, transformá-las em reivindicações e combater o capitalismo. Inevitavelmente encontraremos a resistência do governo capitalista do PT/Lula. A luta deverá ser travada.

A paz hipócrita é pró-imperialista

O governo PT/Lula se alinhou com França/Alemanha em torno da bandeira de desarmamento pacífico do Iraque. É com essa posição que, agora, frente à guerra diz continuar defendendo a paz.

No primeiro momento, foi favorável ao intervencionismo imperialista pelo desarmamento do Iraque, portanto, violando o princípio da autodeterminação e soberania dos povos. No segundo, recorre ao Papa e pede reunião do Conselho de Segurança da ONU para se dialogar sobre a solução da guerra.

Só faz retórica diplomática. O genocídio contra o povo iraquiano está ocorrendo e o governo brasileiro continua a dizer que apenas diverge dos Estados Unidos quanto à forma de desarmar o Iraque. Propõe uma reunião de cúpula com os Estados Unidos por meio da ONU. Faz questão de frisar que a divergência do Brasil os EUA não os coloca em situação de adversários.

Declara o chanceler Celso Amorim:

"Não vejo razão para desgaste nas relações (com os EUA) porque não nutrimos um sentimento antiamericano. O fato de termos divergências não significa que somos adversários".

Nesse sentido, a posição brasileira é de diálogo com a potência que provoca a carnificina no Oriente Médio. Enquanto a máquina de guerra dos Estados Unidos e aliados esmagam o Iraque, o governo PT/Lula reclama diálogo e reconstrução da ONU. Fala na "preocupação humanitária e a necessidade de discutir o papel da ONU tanto para abreviar o conflito como no pós-guerra e no futuro do sistema multilateral".

O Ministro Amorim expressa a vontade de ter de volta os Estados Unidos como o maestro da orquestra.

O fato dos Estados Unidos passarem por cima de tudo e de todos e irem ao massacre de um povo indefeso traz uma única preocupação ao governo brasileiro: pedir aos Estados Unidos que voltem

a praticar o tal do multilateralismo. Esse conceito significa esforço do Brasil para reacomodar os interesses das potências, EUA/Inglaterra e França/Alemanha. Mas a realidade é que os países semicoloniais saqueados continuam a ser orquestrados pelas potências e os Estados Unidos, por cima, orquestram a todos.

O conteúdo da carta ao Papa reza a paz e o direito internacional juntamente com a exigência de desarmamento do Iraque. A hipocrisia do governo PT/Lula não tem limites. O desarmamento do Iraque só virá com o massacre dos Estados Unidos contra o povo iraquiano. Esse é o fato concreto da guerra. Anterior a ela, os inspetores da ONU não descobriram nada e ainda por cima destruíram armamentos considerados convencionais, segundo a classificação militares do imperialismo.

A posição brasileira é demagógica e, portanto, objetivamente se mostra servil ao imperialismo genocida.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Previdência

FMI e Banco Mundial:

pressão na aprovação das Reformas

O Fundo Monetário Internacional (FMI) exigiu que se incluísse na "Carta de Intenções", que o governo PT/Lula entregou a esse organismo imperialista, a aprovação do PL-9. Nesse documento, Lula se comprometeu enviar ao Congresso a regulamentação do PL-9 até junho.

Na avaliação do Banco Mundial, realizada pelo vice-presidente, David Ferranti fala da necessidade de implementar as "políticas estruturais" para que o país tenha acesso a recursos financeiros. Entre as chamadas políticas estruturais estão: o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a autonomia do Banco Central e a execução das reformas da Previdência e Tributária.

O compromisso de manutenção do superávit primário de 4,25% implica cortes de investimentos econômicos e gastos sociais. Os primeiros cortes anunciados pelo governo PT/Lula, que atingiram vários setores, inclusive os sociais, são insuficientes para que o Estado possa cumprir os contratos e acordos estabelecidos com os credores internacionais. A política de elevação de juros destinada a atrair os investidores estrangeiros ao mercado paritário faz crescer o endividamento do país. Da mesma forma, a elevação do valor do dólar joga a dívida para patamares insustentáveis. Um exemplo, a cada elevação de 1% nas taxas de juros faz a dívida crescer em mais de 8 bilhões de dólares. Tal política terá de vir acompanhada de profundos cortes nos gastos públicos.

A aprovação do PL-9 está inserido nesse contexto. O Estado abandona cada vez mais a responsabilidade para com os serviços públicos. Isso com o propósito de reduzir gastos e produzir superávits primários destinados ao pagamento das dívidas interna e externa. O pacto pré-eleitoral com o FMI determinou as diretrizes do governo PT/Lula. Os organismos credores pressionam o novo governo para cumprir o que prometeu aos banqueiros

internacionais.

As ameaças de "risco Brasil", de bloqueio de recursos já reservados etc. fazem parte do jogo do capital parasitário para manter os governos semicoloniais submissos às orientações do grande capital. O governo PT/Lula não rompe com essa herança colonialista. Ao contrário, dá sequência às "reformas estruturais", que estão na contramão dos interesses do país e da maioria da população já brutalmente explorada.

O PL-9 - continuísmo

O projeto de lei (PL-9), apresentado por FHC em 1999, é a continuidade da Reforma da Previdência. O governo PT/Lula o reapresentará para que o Congresso vote favorável à regulamentação da Previdência privada. Os desajustes que por ventura possam ter entre os servidores públicos e o PL-9 devem sem aparados por meio das negociações entre as lideranças sindicais e os setores empresariais, que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico, organismo criado para efetivar o pacto social. O novo governo pretende aprová-lo sem grandes atritos entre os partidos de grande representação no Congresso.

A primeira etapa da Reforma da Previdência foi aprovada em 1998, constituindo um violento ataque às conquistas dos trabalhadores. Eliminou a aposentadoria por tempo de serviço, elevou a idade e criou o mecanismo para reduzir o valor da aposentadoria, que é o fator previdenciário. Isso permitiu a FHC cumprir com os contratos e acordos com o FMI. A não aprovação do PL-9, em função do grande número de emendas apresentadas pelos setores oposicionistas, entre eles o PT, fez com que FHC adiasse a tarefa de dar sequência à Reforma.

Com o mesmo argumento, o governo PT/Lula acusa os funcionários públicos de serem responsáveis pelo

rombo da Previdência e pelos privilégios de polpudos salários. Joga com a miséria dos aposentados do Regime Geral de Previdência Social (o INSS), em que a grande maioria recebe unicamente o salário mínimo, para dizer que é preciso "homogeneizar" os direitos. Ao mesmo tempo, curva-se diante das exigências de uma minoria de servidores públicos que de fato tem privilégios. Esse grupo de parasitas do Estado composto de parlamentares (que recebem salários aviltantes, tem toda sorte de mordomias e se aposentam em pouco anos), de juízes que fazem fortunas e se aposentam com salários milionários e alta oficialidade militar que não abrem mão das ricas pensões e aposentadorias. Nada foi feito para eliminar os privilégios dessa casta de burocratas. Ao contrário, antes de levar ao Congresso o PL-9, o governo aceitou os altos reajustes salariais dos deputados, ministros e dos cargos executivos. O que mostra a intenção do governo em atingir única e exclusivamente a grande maioria dos servidores públicos que recebe salários de fome.

A essência do PL-9 é o fim da aposentadoria integral do funcionalismo. Enquadrá-lo às regras do INSS, que implicam o teto e o fator previdenciário. E regulamentar a previdência complementar (privada) para os servidores públicos. A proposta original era estender o regime único a todos os servidores, mas os governadores reclamaram do alto custo de transição. Isso porque deixariam de recolher as alíquotas dos salários dos funcionários que ultrapassam o teto, continuariam pagando os aposentados e teriam de contribuir com a cota-parte (empregador) para a previdência privada.

Os fundos de pensão e os planos de previdência seriam constituídos no regime de capitalização, o que significa que o valor a ser recebido depende de quanto foi a contribuição e da forma como foram feitas as aplicações pelos bancos, seguradoras e outros organis-

mos. O governo prevê "entidades fechadas" de previdência complementar que nos seus estatutos não constam os "fins lucrativos" e "entidades abertas", com fins lucrativos, a exemplo dos bancos e seguradoras. Na verdade, ambas são privadas, dependem das contribuições e das aplicações realizadas no sistema financeiro. E os servidores, aplicados nesses planos, ficam à mercê da valorização do dinheiro aplicado, da exploração dos bancos e sujeitos às intempéries do capital especulativo. Portanto, os servidores terão de contribuir por um longo período e com as regras estabelecidas pelo plano de previdência para poderem receber o benefício, que também dependerá de quanto depositaram para a previdência privada.

O PL-9 reduz a responsabilidade do governo na manutenção das aposentadorias dos servidores públicos e favorece o crescimento dos planos de previdência privada. Para os bancos e seguradoras, trata-se de mais uma fonte de lucratividade. A estimativa de que no Brasil há 48 milhões de trabalhadores que não possuem nenhum plano de pensão privado alimenta a pressão dos banqueiros para abocanhar esse mercado em potencial. Isso evidencia a que serve o PL-9 do governo PT/Lula.

Alckmin propõe mais descontos

Não é de hoje que o governo do PSDB tenta impor o aumento das contribuições para a aposentadoria. Na época de Covas, chegou a apresentar um projeto de aumento que variava de 11% a 23%. Alckmin apresenta a Reforma da Previdência em duas etapas. Na primeira, um aumento de 6% para os servidores em exercício. Além dos 6% que já contribuem para o Ipesp, será incluída uma outra alíquota de 6%. Na segunda, a inclusão do teto, aumento da idade e criação da previdência privada para o funcionalismo.

Os argumentos também são os mesmos: o Ipesp está quebrado. O rombo no Ipesp é de inteira responsabilidade dos governos. Os funcionários públicos contribuem com 6%, que é

retirado automaticamente dos salários. Em contrapartida, os governos há 25 anos não depositam a cota-parte, que seria também de 6% para cada funcionário. Sem dizer que em todos esses anos, usaram o dinheiro do Ipesp para pagar empreiteiras e outras obras.

Aproveita a situação de que o governo PT/Lula irá dar prosseguimento da reforma da previdência para anunciar mais descontos para os servidores do estado. Para Alckmin, o déficit do Ipesp deverá ser coberto com mais contribuições dos funcionários públicos, aposentados e em exercício.

A CUT se limitou a exigir o teto de 20 mínimos

Como o teto do INSS está em 10 salários mínimos, ainda não integrais, equivalente a 7,5 salários mínimos, agora corrigidos para R\$1800,00, a CUT se opôs ao PL-9 no ponto referente ao teto e reivindica 20 mínimos. Portanto, não defende o direito à aposentadoria com salários integrais. Usa o mesmo argumento do PT de que há privilegiados no funcionalismo e que é preciso garantir por parte do Estado uma aposentadoria até o teto estabelecido. Não se colocou por exigir o fim da casta de parasitas do Estado. Limitou-se a exigir uma gestão quadripartite para fiscalizar o dinheiro da Previdência. Não se opôs radicalmente à criação da previdência privada para os servidores públicos.

Uma conduta conseqüente por parte da CUT iniciaria por romper com as negociações que se dão no Conselho de Desenvolvimento Econômico. Ao permanecer no Conselho do pacto social, estará legitimando a reforma da Previdência exigida pelos banqueiros internacionais. Estará renunciando uma conquista de direitos dos servidores públicos e permitindo que os burocratas do funcionalismo e militares continuem espoliando o dinheiro público.

Uma política séria da CUT começaria por defender não o teto, mas sim o salário mínimo real. Isso porque a maioria dos aposentados recebe o miserável salário mínimo. Elevar as condições de vida dos aposentados, com o reajuste do salário mínimo de

acordo com as necessidades vitais de uma família, é o ponto de partida para se opor de fato à Reforma da Previdência.

Defender a previdência pública, estatal e sob o controle dos trabalhadores

A Previdência pública e estatal foi um conquista. Os movimentos grevistas e manifestações, nos primeiros 30 anos de República no Brasil, arrancaram direitos sociais. Igualmente, o combate à Reforma da Previdência tem de ser através da mobilização direta dos trabalhadores. Ao longo dos anos, os governos transformaram o sistema previdenciário em fonte de privilégios para uma extrema minoria e desgraça para a grande maioria dos assalariados.

A luta contra o PL-9 e a Reforma da Previdência de FHC significa defender um único sistema de aposentadoria por tempo de serviço e sob o controle dos trabalhadores. Significa rejeitar a Previdência complementar que é a substituição da estatal pela privada. Também significa defender a aposentadoria com salários integrais. Defender a constituição dos comitês eleitos nas assembleias de base para apurar e punir os corruptos que sonegam bilhões de reais ao ano e fraudam outros tantos bilhões.

Para se opor à Reforma da Previdência, é necessário defender que o governo PT/Lula rompa com os contratos e acordos com o FMI. Que se coloque contra o pagamento da dívidas interna e externa. É exigir que a CUT se retire do Conselho do pacto social. É reivindicar o salário mínimo vital, não esses míseros R\$240,00 concedidos por Lula, para que os aposentados tenham condições de sobreviverem com o dinheiro da aposentadoria.

A luta contra a Reforma da Previdência não pode se reduzir a caravanas a Brasília para pressionar os deputados. A luta contra essa reforma implica organização das assembleias em todos os sindicatos, aprovação da unidade dos trabalhadores privados com os servidores públicos e o enfrentamento direto, que exige a preparação do movimento grevista.

Preparar-se para a luta

O acordo do governo PT/Lula com o FMI de elevação do superávit primário, contenção orçamentária, juros altos, arrocho do funcionalismo e manutenção do salário mínimo de fome já se faz sentir na economia. A previsão é de que este ano a indústria não crescerá, podendo até mesmo regredir.

No ano passado, houve regressão de 1,1% em relação a 2001. Mantendo-se em 2003 essa situação, será suficiente para as demissões voltarem com força. A pesquisa do IBGE indicou, em fevereiro, essa tendência.

Os trabalhadores arcam com a crise capitalista e com a política econômico-financeira do governo PT/Lula. Desemprego, arrocho salarial e reformas antipopulares, eis os resultados da orientação de proteção ao grande capital.

Defender nas ruas empregos, salários, terra aos camponeses e fim da fome

O Banco Mundial fez empréstimos ao Brasil para animar o Fome Zero. O Programa do PT/Lula já se mostrou falido. As medidas econômicas impostas pelo FMI agravarão ainda mais a crise social.

A demagogia de que todos brasileiros comerão três pratos de comida e terão trabalho não se sustenta diante da concretude de medidas que estrangulam a produção e amparam a espoliação do País pelo capital financeiro.

A resposta tem de ser: que o governo rompa imediatamente

com as exigências do imperialismo e com a proteção ao grande capital. Que atenda imediatamente as reivindicações dos assalariados e dos camponeses pobres.

Escala móvel das horas de trabalho, recomposição das perdas salariais, salário mínimo real calculado por assembleias populares, escala móvel de reajuste dos salários e entrega das terras aos camponeses. Esse é o plano de reivindicação elementar para enfrentar a miséria e a fome.

Nenhum crédito no governo PT/Lula

A burocracia sindical repete o pedido de Lula para que se tenha paciência e se colabore porque o governo ainda está no começo. Em troca, prometem-se mudanças para o futuro.

É mais mentira.

A definição do futuro econômico do País e da situação de vida das massas está dada pelo acordo com o FMI. O saque continua, debilitam-se as finanças do Estado, compromete-se a capacidade de investimento, destróem-se conquistas sociais e os trabalhadores recebem cartas de demissão.

É preciso ver, compreender e combater essa política desde já.

Lula só tem um compromisso a cumprir: atender os acordos e contratos com os banqueiros e multinacionais.

Nossa resposta: nenhuma confiança no governo dos banqueiros, do FMI e dos latifundiários. Lutamos pelo governo operário e camponês. O ponto de partida: defender emprego, salário e terra aos camponeses.

Governo Lula obtém primeira vitória parlamentar

PEC 53 é aprovada com voto favorável das esquerdas do PT

O projeto de emenda constitucional (PEC) 53 votado, de autoria de José Serra (PSDB), permite a regulamentação do sistema financeiro nacional por meio de leis complementares, acaba com o teto de 12% para os juros e abre caminho para a autonomia do Banco Central em relação ao governo. Foram 442 votos a favor, 13 contra e 17 abstenções. As bancadas do PT, PCdoB e PSB votaram em bloco a favor, juntamente com a esmagadora maioria dos partidos PSDB, PFL e PMDB; o PDT se absteve e o PRONA votou contra.

Trata-se de uma medida que atende os interesses do capital financeiro internacional, porque independentiza o Banco Central do governo e abre caminho para a fuga da poupança interna. Livrar o Banco Central do governo é institucionalizar o pleno controle do capital financeiro sobre ele e sobre a política econômica do país.

Para obter a aprovação e o apoio dos partidos da base do governo FHC, o PT negociou a entrega de cargos por todo o país, principalmente ao PMDB. O fisiologismo foi aplicado da mesma forma que fazia o governo FHC.

Parlamentares da esquerda votam sim

A esquerda do PT (Força Socialista, CST etc.) anunciou que votava sob protesto, acatando a disciplina partidária. O fato de se comprometerem com o voto nessa emenda mostra que todo o palavreado crítico ao governo encontra seus limites nos inte-

resses de aparelho. Para não serem expulsos da legenda e perderem os cargos de suas correntes, os parlamentares opositores à linha oficial se enquadram. Os protestos servem apenas para atenuar o descontentamento das bases com a atitude.

Essa disciplina partidária que apontam não passa do centralismo burocrático imposto pela corrente majoritária. Serve para garantir a aplicação da política ditada pela burguesia e o imperialismo. Ou seja, para garantir a unidade do PT na submissão a essa política.

O voto dado foi o primeiro passo. A submissão às pressões do aparelho tende a levar as correntes a uma assimilação da política governista. Se agora votam sob protesto, depois terão de expressar no discurso e na prática o apoio ao governo.

A posição dos "aliados"

O PDT, que posa de nacionalista, se absteve da votação. Covardemente, deixou de se opor à aprovação de uma medida claramente favorável ao capital financeiro internacional. Trata-se de uma abstenção na forma, mas de conteúdo favorável à sua implantação.

O PCdoB se alinhou ao PT e votou de acordo com os interesses antinacionais. Seu papel contra-revolucionário será cada vez mais exposto com seu apoio às medidas antinacionais e antipopulares do governo.

Democracia Socialista no governo PT/Lula

A DS ocupa o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ganhou esse cargo por ter demonstrado, no governo do Rio Grande do Sul, ser inofensiva aos interesses gerais da burguesia e para manter sua oposição inodora à direção majoritária do PT, a Articulação. Seu representante, Miguel Rosseto, ocupou o cargo ministerial concordando com o programa de Lula de apaziguar a luta de classe no campo, e de uma "reforma agrária pacífica".

Deixou claro que condena as ocupações de repartições públicas, bloqueio de estradas e aprisionamento de reféns. Admite a ocupação de terra em último caso e como meio de pressão democrática para negociar o assentamento em terras "improdutivas". Acredita assim poder realizar o governo da negociação e da conciliação entre a burguesia agrária e os camponeses.

A DS aplica o que sempre entendeu por um "governo democrático e popular do PT" e aliados. Ou seja, um governo de reforma do capitalismo que afastaria do comando do Estado as forças oligárquicas e que fortaleceria o "campo democrático e popular" para num futuro indeterminado chegar ao "socialismo democrático". Com esse esquema, construiu-se como uma das correntes do PT e

ascendeu a cargos administrativos e parlamentares no Estado burguês.

A DS tem um passado vinculado à defesa do trotskismo, da IV Internacional. Seu principal mentor foi Ernesto Mandel, que se destacou por fazer revisões no trotskismo, entrar na aventura do foquismo guevara-castrista e aderir a governos reformistas latino-americanos. No PT, passou por várias fases de adaptação, indo de posições mais à esquerda a mais à direita. Conforme foi ganhando postos no Estado, mais se colou à Articulação e ao caudilhismo de Lula.

Sua ascensão ao Ministério se deve a essa trajetória. Por isso, não há nada de inesperado no acordo de Rosseto em manter a Medida Provisória 2183, editada por FHC, que impede vistoria em terras ocupadas pelo MST e as indisponibiliza para reforma agrária por um prazo de 2 anos.

A reunião do Diretório Nacional do PT de março aprovou o encaminhamento do fim dessa medida, ao lado da exigência de todos parlamentares do PT acatarem os projetos do governo. No entanto, sob gritos dos latifundiários, Lula afastou a possibilidade de rever a MP 2183.

O que fez o representante da DS? Colocou-se do lado dos adversários das

ocupações. Mesmo assim, os latifundiários continuam trabalhando pela queda do Ministro Rosseto, considerado condescendente com os sem-terra. Ou o Ministro passa a reprimir abertamente o MST, ou virá ao chão.

A intenção pacificadora da luta de classe no campo é do interesse da burguesia. Mas entre tal intenção e a realidade das relações agrárias no Brasil há um abismo. A tendência do capitalismo é de aumentar a concentração, arruinar os pequenos e médios camponeses, continuar sua expulsão do campo, encantá-los nos centros urbanos, sem emprego e com fome.

Frente à resistência social, os latifundiários recorrem e recorrerão às milícias armadas, que melhor se estruturaram sob a proteção do governo FHC.

Os camponeses já contam, nos primeiros meses do governo Lula, com 10 mortos em suas fileiras pelas armas dos fazendeiros. A UDR se manifesta abertamente pelo direito de defender os latifúndios com suas milícias.

Os camponeses, se querem se proteger e avançar a conquista da terra, terão de mandar a favas a ação pacificadora do PT/Lula, começar a constituir os comitês agrários de autodefesa e trabalhar pela aliança operário e camponesa.

Rondônia

Rondônia: Garantir o emprego que foi roubado em janeiro de 2000

O novo governo prometeu a readmissão dos demitidos. Agora, disse que readmirá 4200. Mas foram 10000 servidores públicos demitidos numa só penada pelo governo anterior. Ainda mais: voltarão ao trabalho mas sem receber indenização pelos 3 anos parados. Esses anos contarão unicamente para efeito de aposentadoria. A indenização deverá ser para aqueles que não aceitarem retornar aos postos de trabalho.

Está aí o golpe sobre os trabalhadores. O governo demite, cassa os direitos trabalhistas, provoca danos morais, coloca os familiares na situação de indignação e se recusa readmitir todos os trabalhadores. O pagamento de indenizações e pensões para as famílias que perderam seus parentes em decorrência da perda do emprego não pode ser esquecido. Sabemos que há servidores que vieram a falecer em função do desespero, dos anos de desemprego e da

miséria que se abateu em suas casas. O governo precisa indenizar suas famílias.

O desemprego tem sido violento no Estado de Rondônia. Os 10 mil demitidos amargaram três anos de sofrimento. É nossa tarefa defender a readmissão de todos, o pagamento de todos os benefícios desse anos que ficaram desempregados e a indenização/pensão aos familiares dos servidores que vieram a falecer nesse período.

Fortaleza

Contra o aumento da passagem; redução para R\$1,00 e congelamento já

Contra a limitação da meia estudantil: Gratuidade das carteirinhas de passe livre para estudantes e desempregados

Em meio à desintegração capitalista aumenta a exploração, conseqüente os impostos. Todavia esse peso é descarregado sobre os trabalhadores. Em Fortaleza, o prefeito Juraci Magalhães, representante da burguesia, aumentou a passagem de ônibus de R\$1,20 para R\$1,40.

Em Fortaleza, são 119.851 mil jovens desempregados. Na região metropolitana da cidade, o número é de 144.940 mil. O crescimento do desemprego foi de 10,94% para 15,06%. Além desses dados, a média salarial no Ceará é de R\$460,00. Portanto, inferior à média nacional. O que evidencia a lei do desenvolvimento desigual e combinado, que impõe a industrialização em algumas regiões, como no sudeste, e a pobreza e miséria no nordeste.

O governo PT/Lula seguirá com a política do arrocho salarial. O reajuste do salário mínimo para R\$240,00 é o atestado de fome de milhões de trabalhadores. O salário mínimo de Lula sequer dá para pagar as passagens de ônibus, o que dirá do aluguel, alimentação, vestuário, educação e saúde. Trata-se de um governo comprometido com a manutenção dos juros altos, pagamento da dívida externa, reajustes fabulosos aos salários dos parlamentares e toda sorte de parasitas do Estado e de continuidade da miséria sobre as massas já exploradas.

Em Fortaleza, além das passagens altas e o desemprego, o custo das carteiras estudantil aumentou de R\$10,00 para R\$15,00. São 7 entidades secundaristas, mas a ETTUSA tem o controle das emis-

sões das carteiras. O que significa dizer que é o governo que tem o controle. Não é à toa que aproximadamente 580 mil estudantes estão nas filas enormes para cadastrar a carteira. O secretário da ETTUSA diz que o aumento da carteira tem a ver com o custo da fabricação e com o chip instalado para impedir falsificações. Na verdade, esse chip visa limitar a meia passagem. O objetivo dos empresários é garantir a meia passagem somente no período do ano letivo.

A Corrente Proletária Estudantil tem denunciado o aumento do preço das passagens e apontado que o caminho para barrar os abusos dos governantes contra os estudantes e desempregados é o da mobilização direta. Somente a luta nas ruas poderá arrancar conquistas. Ao mesmo tempo, critica o imobilismo das direções estudantis que se negam a organizar um movimento conseqüente em defesa do passe livre para os estudantes.

As direções sindicais e estudantis sabem que todos os anos Juraci Magalhães aumenta o preço das passagens. Mas tais direções (PT, PCdoB e PSTU) nada fazem para organizar os estudantes em torno das reivindicações e do método do enfrentamento direto.

Os estudantes ao se organizarem nos fóruns tomam um passo importante na organização das manifestações unitárias. A Corrente Proletária participa dos fóruns defendendo as reivindicações e criticando a política do reformismo e do centrismo, que atuam defendendo o método parlamentar/pacifista. Tem mostrado a importância da constituição dos comitês de luta nas escolas com o objeti-

vo da organização e elevação política dos estudantes.

Defendemos a estatização dos transportes. Porém, a estatização tem de se dar sob o controle dos trabalhadores. Só assim poderemos ter o controle dos preços, eliminar a corrupção e melhorar as condições dos transportes.

A Corrente Proletária estudantil vem se organizando em plenárias, discutindo o programa de luta e intervindo nos movimentos com as seguintes bandeiras:

1. Para conseguir o passe-livre para os estudantes e desempregados temos de ampliar o método da ação direta (ocupação, bloqueios e greves);
2. Unificação da luta pela redução de R\$0,90 e congelamento já;
3. Gratuidade das carteiras estudantis. Que os estudantes tenham o controle do processo
4. Que nenhum jovem fique sem escola e sem trabalho (4 horas no trabalho e o restante na escola);
5. Salário mínimo real, que as organizações operárias aprovelem o verdadeiro valor do salário mínimo. Em nosso cálculos, deverá ser de R\$2400,00;
6. Rejeição ao salário mínimo de fome do governo PT/Lula, de R\$240,00;
7. Acesso a toda a população em todos os níveis de ensino. Fim dos vestibulares. Estatização da rede privada de educação. Ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social;
8. Pela construção dos organismos de luta: grêmios, comitês por escola etc;
9. Fim da exploração capitalista. Defesa do socialismo.

Pelo fim das perseguições políticas na USP

Publicamos boletim da Corrente Proletária Estudantil

A suspensão de nove estudantes da USP com base no regimento disciplinar da USP elaborado pela ditadura militar não pode ser aceita pela comunidade universitária e pelo movimento estudantil. Há muito mais questões envolvidas que a perda do semestre (e do ano letivo) dos estudantes atingidos.

As fundações põem as manguinhas de fora

É bom lembrar que essas suspensões são a resposta da reitoria a uma vitória do movimento estudantil: no ano 2001, a burocracia dirigente da universidade tentou aprovar a regulamentação das fundações privadas na USP. Essas fundações são um meio de estabelecer um vínculo da universidade com as empresas privadas, submetendo ensino e pesquisa a elas. Na verdade são um meio de privatização da universidade por partes. A FEA, unidade onde as fundações já controlam a maior parte do orçamento, pretendia então iniciar um curso de graduação pago, via fundação.

Mas o movimento estudantil, primeiro com a ocupação da reitoria (onde se reúne o Conselho Universitário), e depois com um piquete organizado, impediu que se regulamentassem as fundações. A mobilização de mais de 300 estudantes em cada oportunidade, precedida de campanha nas unidades, impôs um recuo à reitoria.

Logo após, o então reitor Jacques Marcovitch abriu uma sindicância para "averiguar" as responsabilidades. E ordenou que se fizessem "ajustes" na segurança do prédio da reitoria, que agora mais se assemelha a um banco, com grades até no teto dos jardins.

O novo reitor Melfi deu conclusão ao processo interno, decretando a suspensão dos estudantes. Ao mesmo tempo em que o Conselho Universitario criou uma comissão para regulamentar as fundações privadas na USP.

As suspensões servem assim para criar um clima de intimidação ao movimento estudantil, de forma que não se ponha a combater as fundações.

Perseguição política é meio de pressão contra todos os estudantes

O fato do reitor ter escolhido alguns estudantes como "cabeças" do movimento e aplicado a sanção a eles revela suas intenções. Como não é possível punir individualmente a todos que participaram do movimento, a burocracia escolhe alguns para servirem de "exemplo". E não o nega: atribuíram às punições um caráter "pedagógico". Está claro: punir alguns para intimidar todos, para que sirva de "exemplo pedagógico".

A punição está voltada a impor a política privatista da burocracia à comunidade universitária. Pretende amedrontar o movimento estudantil e impedi-lo de agir contra as imposições da burocracia. Apresenta-se claramente com a linha de "cortar as cabeças" das ocupações.

O movimento estudantil está obrigado a enfrentar a burocracia para defender os estudantes perseguidos. Qualquer novo passo que pretendamos dar, não podemos fazê-lo sob a coerção da perseguição política.

Regimento é ressuscitado para ser aplicado de agora em diante

Apesar de terem passado mais de 15 anos do fim da ditadura militar, a USP ainda não anulou o regimento disciplinar imposto pelo interventor em 1972. Esse regimento cria condições jurídicas para punir estudantes por qualquer motivo: desde a vestimenta usada até a colagem de cartazes e distribuição de panfletos. As punições variam de suspensões até a "eliminação" do estudante. Embora tenha ficado guardado na gaveta, hoje está sendo ressuscitado para punir estudantes que participaram do movimento que impediu a regulamentação das fundações em 2001. Se deixamos que se aplique esse regimento agora, daqui por diante poderá ser usa-

do contra qualquer um. Será fonte de pretextos para as perseguições políticas na USP.

Repressão tende a se acentuar

A aplicação de medidas privatistas geram descontentamento na comunidade universitária. Degrada as condições de ensino e pesquisa e agrava terrivelmente a seleção e exclusão social. Enfim, é um motor do anticientificismo.

Para impô-las, a burocracia tem de enfrentar a comunidade universitária e os movimentos. Por isso, tem aumentado a capacidade repressiva. As suspensões são parte de um conjunto de medidas para isso: instalação de carracas de controle de acesso nas unidades, projeto de instalação de câmeras nos corredores e salas de aula, aumento da presença da polícia militar no interior do campus.

A repressão é oposta ao espírito universitário. É oposta ao aprendizado e à pesquisa científicos. Combater a repressão é uma necessidade do movimento estudantil e da própria existência da universidade enquanto tal.

Enfrentar a repressão com mais movimento

A única forma de impedir o avanço da repressão sobre o movimento estudantil e a própria universidade é com a mobilização. Somente a ação coletiva, a mais massiva possível, será capaz de brear o ímpeto "repressivo-pedagógico" da reitoria. Não se trata apenas de um reitor não ter a vergonha de se apoiar no regimento da ditadura militar que condenava na época. As forças que sustentam a repressão estão nos interesses das fundações e do capital vinculado a elas, dos grupos burocráticos que dominam a universidade contra a vontade da comunidade, dos governantes comprometidos com a política de desresponsabilização do estado para com o ensino superior, do capital financeiro que parasita os cofres públicos com

endividamento e com a privatização.

É preciso mostrar que as suspensões estão ligadas com as fundações, e muito mais: com a falta de professores, com a falta de assistência estudantil, com a falta de laboratórios e bibliotecas adequadas, com a falta de democracia universitária.

O DCE e os CAs têm de colocar a luta contra as suspensões como prioridade: significa fazer uma autêntica campanha, que envolve cartazes, faixas, pixações, abaixo-assinado, panfletagens, passagens nas salas de aula, atos, manifestações nas ruas, assembleias nas unidades, de toda a USP.

Até agora a resposta do movimento estudantil tem sido pequena. O crescimento desse movimento com essa perspectiva mais ampla pode reativar a luta contra as fundações e pelas reivindicações mais gerais dos estudantes. É nisso que temos de apostar.

Indicativo de greve contra a reforma da previdência petista

Decisão contraditória do Congresso do ANDES-SN

O Congresso do ANDES-SN, encerrado no dia 14 de março, aprovou indicativo de greve a ser submetido às suas seções sindicais, caso o PL-09/99 (Reforma da Previdência) seja encaminhado ao Congresso pelo executivo. Foi a mais importante e acirrada votação de todo o congresso e a ela se opuseram o PCdoB e a Articulação do PT.

A proposta de indicativo de greve, defendida pela direção do sindicato (PT/PSTU), reflete a pressão do conjunto do funcionalismo público federal e das universidades públicas ameaçadas de perder o direito de aposentadoria integral. Contudo, ao dar resposta a esta pressão o faz de maneira contraditória, pois formula a defesa da greve não contra o governo Lula mas apenas "contra as medidas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso", como se fosse possível separar uma coisa da outra!

O PCdoB e a Articulação, opondo-se à greve, denunciaram precisamente este aspecto, o de que a adoção do indicativo significaria o rompimento com o governo. De acordo com eles, o sindicato deve apoiar o governo Lula e não romper com ele, pois se trata de "um governo em disputa". Ao postularem o adiamento do indicativo para depois da tramitação, estas correntes se colocam na verdade a favor da reforma Lula/FHC.

A maneira como a direção do sindicato encaminhou a defesa da greve mostra sua profunda adaptação ao governo do Lula,

porque a todo momento tentou convencer uma plenária receosa de que não seria uma greve contra o governo. Esta formulação é uma falácia grosseira, pois, se é o governo do Lula que vai propor a tramitação da PL-09/99, como explicar que a greve não seria contra o seu proponente mas apenas contra a PL? É como tentar nos convencer que o problema do assassinado não é o assassino que aperta

o gatilho, mas apenas da bala que está no revolver....

A adaptação da burocracia do ANDES-SN manifestou-se também na votação contra o Pacto Social. Tendo proposto inicialmente que os "representantes dos trabalhadores [entenda-se todos] não participem do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social" do Lula, recuaram – com o pretexto de seria

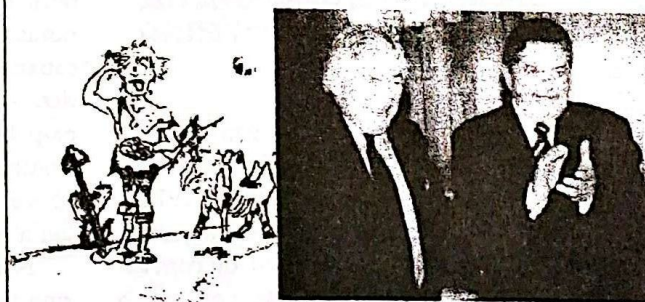
muita "arrogância" do sindicato exigir isso do MST e de outros... – para a posição de que apenas o representante da CUT não participe.

Estas posições fazem parte de uma mesma política de sustentação do governo Lula. É o que se verifica com a divisão que se faz da reivindicação da campanha salarial entre um reajuste "emergencial" de 46,95% e a "recomposição" integral [por exclusão gradativa e não imediata...] de 122,39%. Neste caso, a divisão tem a finalidade evidente de aliviar para o governo a pressão pela reposição das perdas históricas.

Está colocada a necessidade de preparar com urgência a greve contra o projeto de reforma da previdência, mostrando, contudo, que o funcionalismo e os professores universitários devem lutar por suas reivindicações contra o governo burguês de Lula. Toda ilusão no seu suposto caráter de "governo em disputa" – que a burocracia hegemônica implicitamente endossa – enfraquecerá a luta dos trabalhadores.

Adquira com o distribuidor deste jornal

O caráter do governo do PT e os primeiros passos do governo Lula



Partido Operário Revolucionário

MASSAS

Governo do PT/Lula quer acabar com a aposentadoria integral dos servidores públicos

Publicamos a seguir boletim da Corrente Proletária nos Judiciários

Para chegar ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT) prometeu mudanças no sentido de resolver os problemas mais sentidos pelos trabalhadores e demais explorados, como o desemprego, a fome, o analfabetismo, saúde, educação e reforma agrária. Ao mesmo tempo, comprometeu-se em honrar os contratos assumidos pelos governos anteriores com o FMI e credores internacionais. No primeiro caso, até agora suas propostas são puramente de esmolas assistencialistas a uma parcela dos famintos através do programa "fome zero". No segundo, tem seguido a cartilha da política monetária ditada pelo FMI e se dedicado a aprovar a reforma da previdência.

Com os argumentos de que é para conter o rombo nas contas da previdência, acabar com os "privilégios" dos funcionários públicos, "corrigir injustiças" etc., pretende implementar com urgência a reforma. Na verdade, esses argumentos falseiam o verdadeiro objetivo da reforma que é garantir o dinheiro necessário para continuar pagando os altos juros da dívida externa. As reformas da previdência, trabalhista e tributária são parte da política econômica exigida pelo FMI e do grande capital financeiro.

É neste sentido que o ministro Berzoini quer implementar o regime único, cujo objetivo é acabar com a aposentadoria integral do funcionalismo público, aplicando o teto do INSS de R\$1561,00 para os funcionários públicos. Este mecanismo beneficiará Bancos, seguradoras, empresas administradoras de fundos de previdência privada, gestões terceirizadas (centrais sindicais, sindicatos, associações etc.), na medida em que milhares de servidores perderiam o direito a aposentadoria integral e seriam obrigados a complementar seus benefícios recorrendo aos fundos de previdência complementar, caso queiram se aposentar com um valor acima do teto máximo do governo.

É neste sentido também que o governo quer aprovar o PL-9 (Projeto de Lei nº

9) elaborado pelo governo FHC, para que os servidores que entrarem a partir da aprovação dessa Lei sejam enquadrados automaticamente no regime único, com o teto do INSS para aposentadoria. O governo do PT/Lula quer que a reforma também alcance os servidores antigos.

Para completar a reforma, o governo ainda pretende aprovar as seguintes medidas: 1 - **Idade mínima** - Aumento da idade mínima de 48 para 55 anos (mulheres) e de 55 para 60 anos (homens) para o servidor conseguir a aposentadoria. 2 - **taxação dos inativos** - criação de uma taxa de contribuição previdenciária também para os inativos. 3 - **Redução do valor das pensões** - Diminuição em 30% do valor das pensões pagas aos familiares. 4 - **Aposentadorias especiais** - Acabar com aposentadorias especial para mulheres e professores. 6 - **Aumento do tempo de permanência no serviço público** - Para se aposentar o servidor terá que ter no mínimo 20 anos de serviço público e 10 anos de função efetiva. 7 - **Novo cálculo para as aposentadorias** - Deverá ser feito com base no salário líquido, descontados os 11% para o INSS.

COMBATER A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO LULA

Esta aí a essência da reforma da previdência que o governo quer impor ao conjunto do funcionalismo público. Como vemos, nada tem a ver com justiça social, igualdade de direitos, ou com estabilidade monetária, uma vez que a grande maioria recebe um salário de fome e serão os mais atingidos com o fim da aposentadoria integral. Para manter o política de proteção ao capital parasitário, o governo precisa livrar o Estado dos encargos sociais como a previdência, saúde, educação públicas.

Trata-se de rechaçar a reforma da previdência do governo PT/Lula que

pretende acabar com a nossa aposentadoria integral e criar mecanismos para cortar ainda mais nossos salários. Ao contrário, devemos exigir um verdadeiro sistema previdenciário de proteção à nossa velhice.

- Nada de acabar com nossa aposentadoria integral

- Nada de retirar nossas conquistas trabalhistas

- Nada de reduzir os valores das aposentadorias

- Nada de aumentar o tempo de

viço para aposentar

- Nada de taxar os inativos

- Que todos tenham direito a aposentadoria integral, sem distinção.

TJ IMPÕE NOVOS ATAQUES AOS TRABALHADORES CORTE NOS AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E TRANSPORTE PARCELAMENTO DOS ATRASADOS EM 14 VEZES

O Tribunal de Justiça de São Paulo está intensificando cada vez mais seus ataques à categoria. Com a obrigatoriedade da compensação da greve, impôs o aumento da superexploração do trabalho, na medida em que os servidores estão sendo obrigados a trabalhar até duas horas além do expediente normal e aos sábados. Está retendo direitos adquiridos dos servidores, como licença-prêmio, férias e horas credoras com o argumento de que é para abatimento da greve, caso o funcionário não consiga fazer a compensação total.

No início deste ano, publicou no D.O. que fará o parcelamento dos atrasados referentes à complementação da reposição salarial em quatorze vezes.

Recentemente, anunciou o corte nos valores dos auxílios alimentação, saúde e transporte.

Paralelamente, está demitindo os menores colaboradores, promovendo a terceirização e fazendo o remanejamento forçado de funcionários como forma

de suprir a não contratação de novos concursados.

É a aplicação da política do governo de corte de gastos para cumprir os compromissos com o FMI e suas determinações contidas na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

As consequências da aplicação dessas medidas são a precariedade cada vez maior das condições de trabalho, aumento de doenças funcionais, tanto físicas como psicológicas, arrocho salarial, perda de conquistas, aumento da repressão das diretorias etc.

Porém, isto só está acontecendo porque a categoria encontra-se desmobiliza-

da e ainda não conseguiu retomar o nível de organização alcançado com a greve.

Por outro lado, a aceitação, por parte da "comissão negociadora", da proposta de reposição salarial escalonada no ano passado, deixou os trabalhadores desarmados e sem um índice reivindicativo real de reajuste para se contrapor à proposta de esmola do Tribunal. Desta forma, o parcelamento dos atrasados comparece como forma de evitar o desenvolvimento da campanha salarial/2003.

Não podemos aceitar esta situação. Para tanto, entendemos ser de funda-

mental importância as reuniões em nossos locais de trabalho e a formação das comissões de prédios para que possamos exigir das direções a imediata convocação de uma assembléia estadual para discutir e aprovar uma pauta de reivindicações e os métodos de luta necessários para conquistá-las.

É neste sentido também que devemos todos comparecer ao DEBATE SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A CAMPANHA SALARIAL/2003, que está sendo organizado pela COMISSÃO PRÓ-SINDICATO ÚNICO E DE LUTAS NOS JUDICIÁRIOS/SP.

O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

Organizações Paralelas

As organizações paralelas são criadas como auxiliares do trabalho organizativo cotidiano para concretizar dois objetivos:

a) A necessidade de encontrar formas viáveis para facilitar a incorporação de militantes e auxiliá-los em sua formação político-teórica

b) Materializar o objetivo partidário de conseguir se ligar as massas, de dirigir politicamente a camadas mais vastas destas, mesmo sendo uma organização revolucionária minoritária de vanguarda.

Como se vê, a necessidade de cumprir as finalidades partidárias obrigam a criar organizações paralelas, que não estão submetidas a severa disciplina estabelecida pelo estatuto partidário, mas os elementos chamados a integrá-las devem ser cuidadosamente selecionados, sobretudo para eliminar os elementos perigosos, aos infiltrados pelos organismos de repressão ou pelos inimigos políticos.

O partido Operário Revolucionário boliviano tem uma ampla experiência neste trabalho em diversos setores sociais com a ajuda das organizações paralelas que devem ser devidamente assimiladas pela militância, através das células.

a) A Incorporação de Militantes.

Os simpatizantes e aspirantes à militância partidária devem ser agrupados em organizações especiais, onde recebem formação teórico-política e são devidamente provados.

Precisamos descobrir os meios que nos permitam influenciar massivamente nos meios sociais que nos interessam de forma imediata, a fim de detectar os elementos que se interessam por nossa política e começar a convertê-los em simpatizantes do Partido.

O trabalho partidário seria inconcebível se, por exemplo, sua propaganda se limitasse a circular no estreito âmbito da militância e dos elementos que são mais próximos, nosso objetivo é chegar às massas, aumentar cada vez mais nossa influência política.

Estamos interessados em criar grandes bolsões, para realizar no seio destes uma ampla propaganda e trabalho político, a fim de que estes bolsões possam se converter em amplificadores de nossa linha política.

A organização de núcleos paralelos (que podem ir desde agrupamentos desportivos, até os círculos de leitura, passando por uma enorme gama de organismos que corresponde as múltiplas manifestações da vida social) nos fa-

cilita cumprir com o trabalho necessário de penetração nas massas e, por conseguinte, com a captação de simpatizantes (reservatórios de onde se selecionam a militância). Constitui um desvio perigoso colocar todas suas energias nas tarefas das organizações paralelas e esquecer das tarefas e finalidades organizativas partidárias concretas.

Sintetizando: estamos interessados em por em pé organizações paralelas, pois podem nos ajudar a ampliar nossa influência política e captar novos militantes.

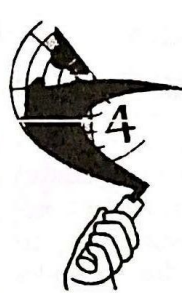
A venda massiva de nossa propaganda, por exemplo, se vê grandemente facilitada como apoio dos grupos paralelos. É proveitoso por em pé grupos de colaboradores, leitores e vendedores do jornal, isto para citar um dos exemplos mais correntes. Ninguém ignora o valioso incentivo à luta que presta as organizações pela liberdade dos presos políticos; contra as demissões etc.

Os grupos paralelos agrupam setores sociais amplos, que não são precisamente conjuntos de militantes, mas o partido deve dirigi-los e influenciá-los no seu seio, o que somente pode ser feito graças ao trabalho dos militantes.

OS que pretendem contrapor a incorporação de militantes à formação de organizações paralelas como se fossem dois trabalhos que se excluem mutuamente, demonstram não haver compreendido nada sobre o problema. Nossa finalidade é a formação de militantes poristas e para materializá-la utilizamos como auxiliares os grupos paralelos.

Nesta edição:

- Para derrotar a ofensiva terrorista contra o Iraque e ganhar a paz devemos terminar com a dominação imperialista
- Defender o Iraque contra a invasão imperialista; defender o povo iraquiano contra o genocídio
- Genocídio: é assim que o imperialismo pretende vencer o Iraque



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Para derrotar a ofensiva terrorista contra o Iraque e ganhar a paz devemos terminar com a dominação imperialista

O imperialismo anglo-ianque consuma um novo ataque terrorista contra o Iraque e o invade para se apoderar de seu petróleo e para ter um governo totalmente subordinado a seus interesses.

Pretende dominar militarmente a região como parte de sua política colonizadora em todo o mundo, submetendo as massas e protegendo o Estado terrorista de Israel. Pretende golpear as massas árabes e especialmente os palestinos, que continuam com sua heróica Intifada. Buscam também uma via de escape para sua própria crise que inevitavelmente se agravará com a guerra.

É mentira que o objetivo da Guerra é desarmar o Iraque porque estavam desenvolvendo armas de destruição massiva e que poderia ser um perigo para as outras nações. Mesmo se for por isso, o Iraque tem todo o direito de produzir o armamento que quiser. Quem inspeciona, controla e destrói os arsenais do imperialismo, capazes de destruir o mundo inteiro?

A intervenção das Nações Unidas e a inspeção devem ser rechaçadas. A ONU é uma instituição inteiramente a serviço das principais potências. Uns pretendem dominar os recursos do Iraque mediante a guerra e outros "pacificamente" desarmando "por bem" o Iraque.

As grandes potências imperialistas se dividiram porque tem interesses

opostos entre si, mas todos coincidem em desarmar o Iraque e se apropriarem de todos seus recursos.

Ainda que os inspetores não encontrassem nenhuma prova para incriminar Saddam, Estados Unidos e Inglaterra estão dispostos a atacar da mesma forma, não há resolução que os detenha. Porque o objetivo é se apoderar do petróleo, com argumentos ou sem eles.

A crise econômica mundial, que afeta as principais superpotências, torna mais aguda a luta pela redistribuição e controle das colônias, especialmente aquelas que têm recursos estratégicos

A "ordem global" se assenta no poder militar das nações mais desenvolvidas, que estão dispostas a fazer o que lhes venha à mente para impor seus interesses, burlando todas as convenções e resoluções que eles mesmos ditaram no passado. O objetivo da Guerra é dobrar a Nação Iraquiana e saqueá-la.

Não estamos frente a uma "loucura" de Bush, é todo um setor da burguesia imperialista que está convencido de que este é o único caminho para superar a sua crise.

A Guerra do Golfo de 1990/1991 já mostrou a barbárie imposta pelo terrorismo imperialista contra a população iraquiana. A nova guerra matará dezenas ou centenas de milhares.

É uma enganação gigantesca que, partindo dos governos terroristas dos

EUA e Grã-Bretanha, se fale de violações aos direitos humanos no Iraque, mostrando Saddam como um monstro. Quando são eles os principais responsáveis do grande massacre sobre a população. São eles que usaram no passado Saddam para envenenar o povo iraniano e os curdos.

Na Venezuela, o imperialismo também trabalha para tirar o governo Chávez e colocar um governo marionete, que lhe facilite o controle total das reservas petrolíferas e a privatização da empresa petrolífera estatal.

Na Argentina, não promovem guerras bélicas ou golpes, pois os últimos governos se mostraram absolutamente servis acatando a todos os ditames, levando-nos ao pior desastre da história. Na Bolívia, quiseram levar adiante os mesmos planos de guerra contra os oprimidos que aplicaram na Argentina.

A luta para derrotar o terrorismo imperialista contra o Iraque é parte da mesma luta por impedir o triunfo do golpismo na Venezuela, o Plano Colômbia, a defesa da Intifada Palestina e por terminar com o regime de fome e desemprego na Argentina.

É a luta por impedir que se materialize a Alca, que representa uma verdadeira anexação da América Latina pelos Estados Unidos para lhe garantir provisão de matérias-primas e a colocação de seus produtos excedentes de sua produção, terminando de destruir

a nossa raquítica indústria.

Todas essas são mostras da desagregação do imperialismo. não de sua vitalidade, já que tem que recorrer à guerra e a dominação para manter sua dominação, mesmo com o crescente rechaço em todo mundo.

Esta ofensiva terrorista está polarizando a luta de classes, entre o imperialismo, seus governos e seus aliados e de outro lado a classe operária mundial e as lutas antiimperialistas que estão aumentando. Nos próprios países imperialistas vemos desenvolverem-se extraordinárias mobilizações contra a guerra.

Por isso voltamos a dizer: para impedir a guerra e para ganhar a paz, é necessário derrotar o imperialismo em todo o mundo.

Que melhor ajuda ao povo iraquiano que a luta do povo venezuelano contra os golpistas, que melhor ajuda que a resposta das massas bolivianas ao ajuste do governo do fundomonetarista Sanchez de Lozada.

Estados Unidos e Inglaterra estão prontos para lançar o ataque contra o Iraque em questão de dias ou semanas

Primeiro o afogaram economicamente, depois o desarmaram por todos os meios e agora lançam uma ofensiva terrorista espetacular. Já mobilizaram quantidades enormes de equipamentos e tropas para a região. Ninguém pode pensar que fizeram isto somente para ameaçar.

O governo de Blair, o Trabalhista, o da terceira via, homem e partido da social-democracia, é a cabeça da gigantesca ofensiva destinada a varrer do mapa o empobrecido Iraque.

É preciso trabalhar para a derrota do imperialismo e deter esta ofensiva terrorista

É necessário armar todo o povo do Iraque e dos países do Oriente Médio que se dizem solidários para derrotar a invasão. É necessário redobrar a mobilização das massas na Europa e nos Estados Unidos, que já expressaram nas ruas seu repúdio à guerra. Mas é imprescindível apontar a necessidade de golpear diretamente seus interesses econômicos,

as bases materiais das multinacionais dos países que comandam a guerra.

Denunciamos o papel daqueles governos "amigos" que não fazem nada de efetivo para ajudar o povo iraquiano e terminam colaborando com os opressores, pressionando por uma "derrota pacífica".

A política da classe operária deve ser independente das frações imperialistas, e os governos lacaios das semicolônias. Não devemos ir atrás de nenhum deles. Devem ser desmascarados e combatidos.

A defesa incondicional do Iraque e contra que os Estados Unidos imponha seu governo não significa apoio político a Saddam Hussein antigo amigo do governo norte-americano para enfrentar os seus vizinhos, sanguinário repressor do povo curdo. Sua política, limitadamente nacionalista-burguesa, permitiu a presença dos inspetores da ONU, os vãos espíões e a aceitação das exigências de desarmamento.

O governo iraquiano, por suas características burguesas, não trará uma luta conseqüente contra o imperialismo, está colocado para as massas tomar esta tarefa em suas mãos até as últimas conseqüências na defesa da Nação oprimida e pela derrota da invasão, dotando-se de uma direção à altura dessa tarefa.

Nossa melhor solidariedade é combater conseqüentemente o imperialismo em nossos países

Lutamos pela construção da Frente Única Antiimperialista na Argentina, que deve levantar a bandeira da defesa da autodeterminação das nações, contra todo tipo de ingerência, pela derrota do imperialismo em todos as partes do mundo, na perspectiva do governo operário e camponês. É necessário que trabalhem na Argentina pela expulsão dos "inspetores" do FMI, pela ruptura com o capital financeiro internacional, pela expropriação das indústrias estratégicas que estão nas mãos das multinacionais, isto para que possamos começar a nos liberar.

Devemos impedir que o governo lacaios de Duhalde apóie o ataque e envie algum tipo de colaboração militar, ainda

que seja simbólica, rechacemos tanto em sua política de apoio às resoluções da ONU.

Estamos chamando a realização de encontros regionais para coordenar ações, a todos os partidos, associações, sindicatos, centros estudantis, movimentos sociais, que se colocam do lado da luta antiimperialista para dar uma resposta ativa à ofensiva terrorista pela via da ação direta das massas sob a base de um programa único.

A invasão é iminente, não desperdicemos nossas forças, não limitemos nossas ações a marchas de tipo testemunhal à Embaixada. É necessário preparar respostas unitárias e contundentes. Não esqueçamos que os agressores do Iraque são os mesmos que nos mantêm sob suas botas e que estão nos matando de fome e desemprego.

As mobilizações e os pronunciamentos têm importância, mas o essencial é que a classe operária intervenha aqui e em todas as partes com seus próprios métodos, com a greve, com medidas de ação direta dirigidas principalmente contra as potências que levam adiante esta ofensiva terrorista.

Uma derrota militar do povo iraquiano pode ter conseqüências terríveis para os povos oprimidos do mundo, inclusive para os trabalhadores dos Estados Unidos e da Inglaterra. Assim como uma derrota do imperialismo pode dar inusitado vigor às lutas antiimperialistas em todo mundo.

A burocracia sindical, seguindo o governo lacaios, está paralisada. Os reformistas e pacifistas por seu lado se limitam a rezar pela paz desde o terreno passivo, sem apontar as bases da guerra. Não é possível ganhar a paz e terminar para sempre com as guerras se não se termina com a dominação e opressão imperialista, esta é a base, a raiz do problema.

A classe operária deve dirigir o levante das nações, em aliança com os camponeses e as camadas médias oprimidas. O capitalismo em sua desintegração nos está levando à barbárie em todas as suas formas.

(Nota do POR Argentino de 16 de fevereiro de 2003)

Defender o Iraque contra a invasão imperialista; defender o povo iraquiano contra o genocídio

A previsão do Estado-Maior norte americano de que a guerra contra o Iraque seria rápida e cirúrgica se mostrou inviável. O prognóstico agora é de um confronto prolongado. A parafernália bélica do imperialismo esbarrou em uma resistência inesperada do povo iraquiano. Os Estados Unidos contavam com uma rebelião de parte da população xiita, ao sul, o que reforçaria o apoio dos curdos. Também supunha-se que o exército não suportaria um maciço ataque e uma grande parcela desertaria. No entanto, o contrário vem ocorrendo.

Politicamente, seria ótimo para o governo Bush e Blair arrasar em pouco tempo as forças militares iraquianas. A mortandade não apareceria como genocídio. Havendo poucos mortos do lado americano/inglês, as pressões contra a guerra seriam mais facilmente respondidas. Não aparecendo a carnificina do lado do Iraque, as pressões mundiais também poderiam ser contidas a meros protestos pacifistas. Falhando essa previsão, a solução só pode vir por meio do massacre.

Já não é possível acobertar o caráter da guerra, as suas razões e os interesses do imperialismo. A crise mundial do capitalismo, marcada pela superprodução, acirradas disputas por mercado, grande excedente de capital financeiro parasitário e ameaça de quebraadeiras em setores do grande capital, empurra a maior potência ao expansionismo colonialista. As multinacionais do petróleo, as empreiteiras, grupos comerciais e a indústria bélica já colocaram abertamente os interesses particulares do grande capital sediado nos Estados Unidos. Trata-se de uma guerra de domínio territorial por uma fração do capital imperialista.

O objetivo de destruir o regime político de Saddam Hussein, com o argumento de que se trata de uma ditadura sanguinária e terrorista, também mostra sua falsidade. Os Estados Unidos/Inglaterra necessitam extirpá-lo não por ser uma ditadura, mas por expressar o nacionalismo numa região estratégica petro-



lífera e imersa em convulsões antiimperialistas protagonizadas pelas massas oprimidas. A ocupação do Kuwait pelo Iraque, que reivindica a região petrolífera, e que foi separada no passado pelo intervencionismo inglês, trouxe à tona a disputa pelo controle das fontes de energia e o nacionalismo árabe. O regime de Saddam Hussein ultrapassou a "tolerância" dos EUA ocupando o seu protetorado em 1991. Agora, a guerra total para liquidar o governo nacionalista termina por clarear a necessidade da maior potência estender o protetorado Kuwaitiano, transformando o Iraque em território do capital norte-americano.

Não há choque frontal entre o imperialismo francês/alemão com os Estados Unidos/Inglaterra. As divergências entre dois blocos, em torno da intervenção da ONU – desarmamento pacífico ou militar do Iraque – ficaram para segundo plano, após a invasão dos Estados Unidos ao Iraque. Não houve acordo entre as potências de como dividir o domínio sobre o Iraque. Mas os aliados do campo do "desarmamento pacífico" do regime de Saddam se mostraram impotentes frente a hegemonia dos Estados Unidos, reforçada pela aliança anglo-americana. Os Estados Unidos passaram por cima da resistência

diplomática da fração imperialista europeia, descontente com os rumos do expansionismo norte-americano. Todos são responsáveis pela guerra e pelo genocídio do povo iraquiano.

A ONU foi o palco da teatralização entre a fração imperialista hegemônica pró-guerra a qualquer custo e a fração do desarmamento pacífico do Iraque. Todos sabiam que a guerra seria desfechada. Os Estados Unidos já haviam decidido por ela e já tinham selado a aliança com a Inglaterra. O que estava em jogo era se a guerra se imporia por decisão acima da ONU ou se passaria pela sua autorização. Em nenhum momento teve seriedade a posição de não guerra. Enquanto se debatia a resolução 1441 de intervencionismo da ONU por meio da inspeção ao armamento do Iraque, os Estados Unidos e aliados já tinham o aparato militar preparado para a guerra na região. Só faltava Bush expedir a declaração formal de guerra, cumprida em 19 de março.

A inspeção da ONU serviu para os Estados Unidos melhor espionarem as instalações governamentais e militares do Iraque. Serviu também para reduzir o parco armamento do país. Não se provou nada. As mentiras anglo-americanas para justificarem a

guerra foram desmascaradas. O pacifismo franco-alemão não passou da diplomacia, servindo unicamente aos Estados Unidos, que aproveitaram a espionagem e a destruição de armamentos. As reclamações de quebra da ordem jurídica internacional e enfraquecimento das instituições multilaterais não passam de lamentações que servem mais à pequena-burguesia pacifista, incapaz de combater os fundamentos do imperialismo e impotente frente à guerra.

O massacre do povo iraquiano é também de responsabilidade da feudal-burguesia árabe e seus governos. Os países que compõem a Liga Árabe se limitaram a pedir o fim da guerra e uma reunião do Conselho de Segurança da ONU. O fundamental é que os Estados Unidos têm bases militares montadas em vários Estados árabes e contam com o seu apoio de guerra. São governos monárquicos e sanguinários. Mas são submissos ao imperialismo ianque. A vitória dos Estados Unidos aumentará ainda mais a opressão nacional sobre o povo árabe.

Os governos semicoloniais da América Latina, destacando o caso do México e Chile por terem assento no Conselho de Segurança da ONU, ainda que sem poder de veto, não puderam se alinhar automaticamente por detrás dos Estados Unidos. Viram-se obrigados a defender que a resolução de guerra teria de passar pelo multilateralismo, ou seja, um acordo entre EUA \ Inglaterra e França \ Alemanha. O fato é que acobertaram a guerra de rapina com o pretexto norte-americano de desarmar o Iraque pela via pacífica. Crescia a operação militar no Golfo Pérsico, indicando que a invasão do Iraque já estava decidida, e tais governos, seguindo o imperialismo franco-alemão, usavam-na para aumentar a pressão em favor do desarmamento "pacífico" do povo iraquiano. A sofisticada máquina de destruição estava ali à espera de ordem para começar o genocídio, mostrando que o real perigo à humanidade é o capitalismo imperialista, e os governos semicoloniais latino-americanos não faziam senão reclamar o desarmamento do Iraque pela ONU. O governo PT/Lula seguiu e segue essa linha de subserviência e hipocrisia diplomática do multilateralismo. Agora, mostram-se incapazes de convo-



car os povos oprimidos a se levantarem contra a carnificina.

Cresce por toda a parte o movimento de massa contra a guerra. Os primeiros acontecimentos devastadores e sangrentos impulsionaram ainda mais os explorados às ruas. Os governos os reprimem frente à radicalização contra os EUA e seus aliados. Mostram-se serviais do imperialismo. Temem que a marca pacifista imprimida por suas direções social-democrata e religiosa seja ultrapassada pelas massas que, vendo o massacre, caminham para posições revolucionárias antiimperialistas e anticapitalistas.

Não há uma intervenção organizada da classe operária. Somente a intervenção organizada do proletariado, aquele que pode impedir a fabricação de armamentos e munição, bloquear portos, aeroportos e estradas de ferro para impedir o deslocamento de armamentos e materiais bélicos, pode de fato atingir os interesses dos monopólios e seus governos voltados à guerra. A luta para derrotar o imperialismo depende não só da solidariedade internacional mas fundamentalmente da colocação das tarefas antiimperialistas e anticapitalistas internamente a cada país. A bandeira de expropriar o grande capital e romper todos os acordos com o imperialismo deve fazer parte da campanha pela derrota da guerra imperialista. A luta pela autodeterminação dos povos se contrapõe às posições pacifistas, que acobertam as raízes capitalistas e imperialistas da guerra. Coloca-se a bandeira de luta revolucionária contra a guerra imperialista.

A ausência da intervenção da classe operária para organizar o movimento antiimperialista ressalta a necessidade dos partidos proletários centralizados por uma Internacional comunista. No interior da campanha pela derrota do imperialismo é importante defender a reconstrução da IV Internacional como condição para as massas e os povos oprimidos derrotarem o imperialismo.

A paz mundial só será conquistada com o fim do capitalismo. Enquanto este existir não poderá haver harmonia entre os homens de um país e entre os povos. O imperialismo é a fase última do capitalismo em que prevalecem guerras, revoluções e contra-revoluções. O pacifismo não leva à paz. Acoberta as razões materiais e históricas das guerras interimperialistas e colonialistas, como a dos Estados Unidos contra o Iraque. Não é possível harmonizar os interesses do capital e conciliar opressores e oprimidos. O capitalismo em decomposição necessariamente tem de recorrer às guerras e à violência reacionária da burguesia contra a maioria explorada. Os povos oprimidos ou se rebelam contra a sangria de seu país ou se submetem a uma situação cada vez mais violenta de fome e miséria. Para suprir o capitalismo, o proletariado tem de defender os povos oprimidos que enfrentam com armas nas mãos o imperialismo; tem de recorrer à guerra de classe para destruir o poder do capital. A cada situação de guerra como a que está ocorrendo vem à tona a necessidade histórica da revolução proletária.

Genocídio: é assim que o imperialismo pretende vencer o Iraque

Nossa resposta tem de ser: derrotemos a guerra imperialista!

Com duas semanas de guerra, os comandantes norte-americanos reconhecem que a possibilidade de uma guerra rápida fracassou. Os fatores militares, políticos e sociais levados em conta para sua pretendida operação breve e cirúrgica, por meio de avançada tecnologia bélica, não convergiram conforme idealizaram os estrategistas.

A rapidez da tomada de Bagdá seria, politicamente, para os EUA e Inglaterra, a melhor das hipóteses. Comprovaria o poder invencível da avançada indústria militar e a tese de guerra asséptica, sem montanhas de cadáveres e rios de sangue. O que não aconteceu.

A barbárie imperialista seria apresentada como forma civilizada de dominar. Os poucos corpos de americanos e ingleses levados para casa permitiriam cantar louvor com a letra do nacionalismo conquistador. A ausência de excesso de mortos iraquianos comprovaria ao mundo que o imperialismo é bondoso com aqueles que se rebelam contra o colonialismo. Os EUA poderiam se apossar do mar de petróleo que dorme nas profundezas da terra, sem que precisassem criar rios de sangue cortando a sua face. Venceria a democracia civilizatória contra a demoníaca ditadura.

Mas essa saga não pôde se tornar realidade. O imperialismo, para se impor aos iraquianos, tem de ir à carnificina.

A tremenda inferioridade do Iraque é compensada pela resistência do povo em não se deixar subjugar. A máquina de guerra dos EUA está diante não só de um exército desaparelhado mas também de um povo que não aceita ser escravizado. A parafernália do imperialismo está obrigada a praticar o terror dos bombardeios contra a população e produzir o genocídio. E as necessidades econômicas do capital imperialista, movidas pela tendência recessiva mundial, estão impulsionan-

do cada passo das botinas, dos tanques, aviões e navios das tropas invasoras. Os bombardeios e os disparos de mísseis, bazucas e tiros contra a população iraquiana são expressão radical da opressão nacional e social exercida pelo imperialismo em toda parte.

As máscaras da liberdade, democracia e humanitarismo, com as quais os EUA intervêm em todo mundo, caíram do rosto do capital monopolista. Os interesses econômicos e a necessidade das potências subjugarem ainda mais a nações semicoloniais transformam-se em massacres.

A massas que saem às ruas contra a guerra em toda parte resistem à prepotência dos EUA e lutam contra a carnificina. Os governos as reprimem para que o movimento internacional antiimperialista seja contido. A repressão aos movimentos anti-guerra são atos de cumplicidade e apoio dos governos ao genocídio despejado pelos bombardeios ianques.

A ONU, a quem muitos seguiram, não move uma palha contra o genocídio. Ao contrário, aguarda que o sol seque o sangue derramado e que a areia cubra os cadáveres, enquanto disputa como será governado o Iraque após a vitória militar dos EUA. Essa atitude revela que nunca esteve de fato contra a guerra, tentou apenas negociá-la de acordo com os interesses das potências européias França e Alemanha, sempre sobre a base de resoluções intervencionistas sobre o Iraque (de que este deveria se desarmar). Os que a apoiaram, agora estão tão passivos e inertes quanto ela.

Governos de países árabes e a Turquia têm ajudado o imperialismo, ativa ou passivamente, e são co-responsáveis pelo massacre. Ao cederem território para as operações militares dos EUA, aumentam ainda mais a vantagem militar do opressor. Ao não se colocarem ao

lado do Iraque, ajudam a aumentar a opressão colonialista na região e sobre seus próprios países.

Ao mesmo tempo, vemos a necessidade da classe operária mundial tomar a frente do combate antiimperialista e anticapitalista, com a bandeira de defesa incondicional da autodeterminação dos povos e da derrota do imperialismo genocida no Iraque. Apesar das inúmeras manifestações contra a guerra, o único meio de impedir a sanha assassina do imperialismo é com o boicote, ocupações e greves, que impeçam a produção e distribuição de munição, o bloqueio de portos, aeroportos e ferrovias, que impeçam o embarque de armas e suprimentos, e a greve que paralisa a produção de riqueza e afeta diretamente o capital. A classe operária mundial pode derrotar a guerra imperialista e deter o genocídio se se levantar contra o imperialismo com seus métodos de luta.

O governo brasileiro, que se enfileirou por trás das potências européias na ONU, agora se limita a fazer declarações pacifistas. Mas não toma nenhuma atitude concreta contra a guerra. Nesse quadro, essas declarações viram demagogia. Uma atitude conseqüente contra a guerra implica a convocação da população para sair às ruas, da classe operária para atingir os lucros dos capitalistas ianques etc.

A defesa do povo iraquiano pode e deve ser feita. Ela expressa a luta contra a burguesia imperialista em todo o mundo. E se traduz numa posição ao lado dos povos oprimidos contra as potências opressoras. Na defesa da autodeterminação das nações (direito do Iraque se armar), contra a dominação imperialista. Na luta dos que produzem a riqueza contra os parasitas genocidas. Com a bandeira da revolução socialista contra a barbárie capitalista.